

Os descaminhos da memória em Foucault: descontinuidade, eco, arquivo e diferença

*Laelson Matos Ribeiro Júnior*¹
*Edvania Gomes da Silva*²

The misways of memory in Foucault: discontinuity, echo, archive and difference

Los descaminos de la memoria en Foucault: discontinuidad, eco, archivo y diferencia

Resumo

Foucault realiza críticas sistemáticas a uma certa concepção de memória que, ao pensar a constituição dos saberes, atualiza uma dinâmica de continuidade histórica. No entanto, acreditamos que existe uma outra modalidade de memória que atravessa os textos foucaultianos e, sob essa perspectiva, nosso objetivo é tentar delinear os contornos dessa noção de memória discutida pelo autor. Para tanto, nosso trabalho baseou-se em revisões teóricas e sistemáticas dos trabalhos do supramencionado autor, buscando realizar um debate e uma leitura crítica de suas produções. Os resultados das análises permitem afirmar que Foucault concebe uma memória marcada pelo signo da diferença e da descontinuidade, arregimentando ecos históricos retomados e reconfigurados de um saber a outro.

Palavras-chave: *Memória; Foucault; Descontinuidade; Diferença.*

1 Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: laelsonmrj@gmail.com.

2 Docente Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Atua no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS e no Programa de Pós-graduação em Linguística – PPGLin da Universidade acima referida. Possui Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: Edvania.gomes@uesb.edu.br.

Abstract

Foucault makes systematic criticisms of a certain conception of memory that, when thinking about the constitution of knowledge, updates a dynamic of historical continuity. However, we believe that there is another modality of memory that runs through Foucauldian texts and, from this perspective, our objective is to outline the contours of this notion of memory discussed by the author. Therefore, our work was based on systematic theoretical reviews of the aforementioned author's works, seeking to carry out a debate and a critical reading of his productions. The results of the analyzes allow us to affirm that Foucault conceives a memory marked by the sign of difference and discontinuity, enlisting historical echoes retaken and reconfigured from one knowledge to another.

Keywords: *Memory; Foucault; Discontinuity; Difference.*

Resumen

Foucault hace críticas sistemáticas a cierta concepción de la memoria que, al pensar en la constitución del conocimiento, actualiza una dinámica de continuidad histórica. Sin embargo, creemos que existe otra modalidad de memoria que recorre los textos foucaultianos y, desde esta perspectiva, nuestro objetivo es intentar delinear los contornos de esta noción de memoria discutida por el autor. Por ello, nuestro trabajo se basó en revisiones teóricas sistemáticas de la obra del mencionado autor, buscando realizar un debate y una lectura crítica de sus producciones. Los resultados de los análisis permiten afirmar que Foucault concibe una memoria marcada por el signo de la diferencia y la discontinuidad, alistando ecos históricos retomados y reconfigurados de un saber a otro.

Palabras clave: *Memoria; Foucault; Discontinuidad; Diferencia.*

Introdução

Deleuze (2007) pontuou, certa vez, que o percurso teórico de Michel Foucault poderia ser dividido em três momentos, por assim dizer, três “temáticas”, três dimensões que foram traçadas e exploradas de forma sucessiva. O saber seria a temática privilegiada no primeiro momento desse percurso intelectual, constituindo a “fase” usualmente chamada de arqueológica. O poder apareceria como temática central no segundo momento, sendo a base da genealogia foucaultiana. Por fim, a terceira temática é, justamente, aquela que aparece nos últimos trabalhos elaborados por Foucault: o sujeito. Este é o momento em que o autor se volta para o estudo da ética e do cuidado de si.

A afirmação realizada por Deleuze (2007) não traz consigo, de maneira alguma, a implicação de que durante a fase arqueológica, o poder e o sujeito fossem elementos desprezados, ignorados de alguma forma. O que está em jogo é a proposição de que, neste primeiro momento do percurso teórico de Foucault, o centro de gravidade do pensamento situava-se em outro ponto: o saber. Sob a ótica dessa modalidade de leitura, que é indicada por Deleuze (2007), podemos afirmar que, em maior ou menor medida, a constituição dos saberes é um problema que perpassa toda a produção teórica foucaultiana.

Da mesma forma que a constituição dos saberes se apresentava como um problema crucial para Foucault, essa é uma questão que também nos mobiliza. Amparando-nos nas múltiplas pesquisas que foram empreendidas pelo referido autor, acreditamos ser possível sustentar, sem grandes riscos de propor uma leitura que viesse a destoar por demais das teses defendidas pelo filósofo, que os saberes, em seu movimento de constituição, mantêm relações basilares com algo da ordem de uma memória, a qual emerge como elemento constitutivo das condições de existência de qualquer prática discursiva. Temos então, como hipótese inicial, a ideia de que a memória pode ser entendida como uma espécie de linha de atravessamento fundamental dos saberes e dos discursos.

Mas, em relação a essa tese, uma dificuldade inicial se impõe. Ao problematizar a memória, no texto *A arqueologia do saber* (1987), Foucault tece duras críticas a uma certa forma de pensá-la e de operacionalizá-la como um princípio de análise. Tal crítica é direcionada a uma determinada concepção de memória que é vista como forma de captura do devir do discurso, inserindo-o numa arquitetura continuísta, evolucionista e racionalista.

Dediquemos um breve momento para considerar a crítica foucaultiana de forma mais adequada: no texto anteriormente referido, Foucault (1987) se mostra avesso às propostas de análise dos saberes a partir do princípio da leitura, do traço, da decifração e da memória. A defesa realizada pelo referido autor é que não importa o privilégio que seja dado a cada uma dessas instâncias ou mesmo a extensão metafórica que lhe seja atribuída – permitindo, inclusive, que as outras três sejam reconsideradas –, ainda assim, estas quatro instâncias são, em geral, tomadas como aquelas que “definem o sistema que permite, usualmente, arrancar o discurso passado de sua inércia e reencontrar, num momento, algo de sua vivacidade perdida” (FOUCAULT, 1987, p. 142).

A oposição foucaultiana a uma certa concepção de leitura, utilizada como princípio de análise, rechaça a tese de que há, no texto, um sentido oculto, um sentido que precisa ser desvelado. Não é proposta da arqueologia foucaultiana “despertar o texto de seu sono atual para reencontrar, encantando as marcas ainda lisíveis em sua superfície, o clarão de seu nascimento” (FOUCAULT, 1987, p. 142).

Foucault (1987) também se opõe à decifração, porque ela pressupõe um movimento a partir do qual seriam tornadas legíveis determinadas marcas no texto e, assim, os sentidos ocultos e adormecidos seriam finalmente desvelados, como se eles estivessem aguardando pacientemente pela figura do gênio, do sujeito cognoscente que, a partir do desejo, decidiu abrir os olhos e revelar seus segredos um dia cifrados.

As críticas realizadas por Foucault (1987) a estes dois princípios de análise – uma determinada concepção de leitura, de um lado, e uma compreensão específica de decifração, do outro – não deixam de colocar em cena a oposição foucaultiana com relação às hermenêuticas clássicas e as operações de produção de sentido que aí estavam embasadas.

Com relação ao traço, Foucault (1987) se contrapõe há uma certa concepção que pensa este como histórico-transcendental, ligado à busca das marcas originárias, de modo que, ainda segundo tal concepção, a partir do traço, seríamos capazes de encontrar as marcas primeiras, a origem perdida e resgatar, assim, uma essência escondida. Essas marcas são vistas, afirma Foucault (1987, p. 139), como aquilo que “uma vez decifradas, podem liberar, por uma espécie de memória que atravessa o tempo, significações, pensamentos, desejos, fantasmas sepultados”.

Naquilo que se refere à memória como princípio de análise, Foucault (1987) defende uma posição que, para este artigo, se mostra decisiva. Segundo o autor em tela, é preciso se opor a uma análise que tem como princípio uma certa concepção de memória, pois, em grande parte das produções teóricas a respeito da constituição dos saberes, a memória é tratada como algo que inseriria os textos em uma linha de continuidade, filiação e tradição, fazendo com que se pudesse estabelecer uma curva de evolução dos saberes e, seguindo os princípios de uma racionalidade dedutiva, resgatar um passado glorioso, bem como zelar por um futuro brilhante.

Assim, vemos o peso da crítica foucaultiana incidir diretamente sobre uma maneira específica de a memória ser conceituada e utilizada para pensar os saberes, os discursos e as práticas discursivas. Esse modo de conceituar a memória faz com que ela venha a atualizar indefinidamente a problemática do retorno das origens, opere como ponto de emergência das essências das coisas e conjure, sob o signo das continuidades eternas, o devir do discurso.

A este tipo de pesquisa, que atualiza indefinidamente o problema das origens e das continuidades eternas, Foucault (2000) opõe uma pesquisa da “emer-

gência”. Tal proposta, sustentada pelo autor, se inscreve muito fortemente no rastro das teses sustentadas por Nietzsche. No texto *Nietzsche, a genealogia, a história* (2000), Foucault afirma que, em certos momentos, o Nietzsche genealogista recusa a pesquisa de uma origem (*Ursprung*). A razão para tal oposição se deve, além de outras coisas, ao fato de que uma pesquisa dessa natureza indica “um esforço para nela captar a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente guardada em si mesma” (FOUCAULT, 2000, p. 262). Contudo, se o genealogista escuta a história, aprende que não é a essência, a pureza e a perfeição das coisas que se apresentam no começo histórico. Isso porque, de acordo com Foucault (2000), o começo histórico é baixo. À pesquisa de uma origem, o referido autor opõe uma pesquisa da “emergência” (*Entstehung*), pois, segundo ele, “a emergência sempre se produz em um determinado estado de forças. A análise da *Entstehung* deve mostrar seu jogo, o modo pelo qual elas lutam umas contra as outras, ou o combate que travam diante de circunstâncias adversas” (FOUCAULT, 2000, p. 268). Uma análise da *Entstehung* deve flagrar, portanto, não a origem, mas a invenção das coisas no interior de um jogo de forças.

Dessa maneira, considerando tanto a nossa hipótese inicial, quanto os aspectos das críticas realizadas por Foucault, este artigo se propõe, a partir do referencial teórico elaborado pelo referido autor, defender a existência de uma memória que pode ser arremetida e utilizada para pensar a constituição dos saberes e dos discursos, tal como faz Foucault em sua arqueogenealogia. Trata-se, em outras palavras, de empreender um movimento a fim de conceituar a memória de forma positiva no interior do pensamento foucaultiano, de modo que possamos ter nessa memória um princípio analítico que não recaia sobre o problema da continuidade.

Para tanto, operaremos da seguinte maneira: o artigo está dividido em seis partes, das quais essa introdução é a primeira (I). A segunda parte (II) diz respeito à discussão de alguns conceitos elaborados por Foucault, que conside-

ramos necessários para que possamos realizar um debate mais consistente a respeito da memória. No terceiro momento (III), propomos uma leitura acerca da concepção de “campo de memória”, conforme a conceituação foucaultiana, buscando, assim, traçar os contornos de uma ideia de memória que, como sustentamos, pode ser pensada com base na metáfora do eco. A quarta parte (IV) indica, por meio da análise que Foucault faz de duas pinturas, como o campo de memória e os ecos históricos de memória, referidos na terceira parte do texto, emergem e se articulam nas análises relativas à produção discursiva. Na quinta parte (V), buscamos alinhar as discussões anteriormente realizadas à concepção de arquivo, a fim de propor uma ideia de memória que funciona como arquivos históricos e que é, sobretudo, marcada pelo signo da diferença. A sexta e última parte (VI) diz respeito às considerações finais do texto, momento em que buscamos realizar um apanhado do movimento aqui empreendido e finalizar a empreitada pretendida neste trabalho.

Noções teóricas preliminares

Discutiremos, em momento futuro, como o conceito de campo de memória é teorizado por Foucault e como ele pode ser arregimentado com o intuito de que possamos pensar a constituição dos discursos e dos saberes. Para tanto, porém, precisamos fornecer, de antemão, algumas indicações a respeito de determinados conceitos fundamentais apresentados no interior das pesquisas realizadas pelo referido autor, bem como delinear seus enlases. Essa é uma demanda que emerge porque esses conceitos retornarão algumas vezes no decorrer desse trabalho, fazendo com que tal explanação se apresente como uma condição necessária para que possamos concluir adequadamente a tarefa à qual nos propusemos.

Nos ocuparemos, dessa maneira, de explicar aquilo que é compreendido por Foucault (1987) como um saber, bem como apresentaremos quais elementos constituem uma prática discursiva, como podemos apreender aquilo a que o

citado autor está se referindo quando fala de enunciado e o que está em jogo quando pensamos em discurso segundo Foucault.

Aqui devemos alertar: não é adequado que se espere uma explicação muito aprofundada de tais conceitos, bem como não é preciso temer que a linha de prumo que guia este trabalho se desvie por demais. Adiantamos que a exposição de tais conceitos possui uma função tática no desenrolar desse artigo e a realizaremos de forma bastante resumida, apenas a fim de que possamos nos situar de maneira mais adequada no interior dos trabalhos desenvolvidos por Foucault (1987).

Um saber, conforme teorizava o autor em tela, é definido a partir do domínio constituído por relações entre diferentes objetos, conceitos, temas, modalidades enunciativas, não sendo, dessa forma, uma soma daquilo que se julgava verdadeiro, e sim um conjunto de condutas singulares e de desvios (FOUCAULT, 1987). A isto, Foucault acrescenta, ainda, que o saber também não se apresenta como um somatório das coisas um dia ditas, mas como um “conjunto dos modos e das posições segundo os quais se pode integrar ao já dito qualquer enunciado novo” (FOUCAULT, 1987, p. 207).

Como é possível verificar, Foucault (1987) propõe-se, em seus primeiros livros, a fazer uma arqueologia do próprio saber – o saber sobre a loucura, o saber médico, o saber das ciências do homem – na medida em que esse saber se constitui como um conjunto de elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva.

Foucault afirma que uma prática discursiva não deve ser confundida com uma operação expressiva “pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a ‘competência’ de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais” (FOUCAULT, 1987, p. 136). Diferentemente disso, o autor propõe que uma prática discursiva é definida por um

conjunto de regras anônimas, “históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1987, p. 136).

Esta função enunciativa diz respeito ao próprio enunciado pensado por Foucault (1987), o qual não é uma coisa, mas uma função de existência. O enunciado foucaultiano não é definido como uma unidade, tal qual a frase, o ato de linguagem ou a proposição. Não é tampouco uma unidade como um objeto material. Em sua modalidade de ser singular, é ele, o enunciado, que serve de condição para que se possa dizer que há uma frase, uma proposição ou um ato de linguagem. Essas unidades não originam o enunciado, elas são afetadas por este, de maneira que é justamente o enunciado que permite a constituição das referidas unidades em um determinado tempo e espaço.

Foucault (1987) procura definir positivamente o enunciado a partir de quatro propriedades que caracterizam a função enunciativa: referencial, sujeito, domínio associado e existência material. O enunciado é assim uma função de existência marcada pela articulação de campos heterogêneos. Essa função de existência permite que um conjunto de signos forme uma unidade lógica (algo da ordem de uma proposição) ou gramatical (uma frase). O enunciado possibilita que essa unidade formada pelos signos relacione-se com um domínio de objetos, receba um sujeito possível da enunciação, coordene-se com outros enunciados num campo associado e possa aparecer como um objeto, ou seja, uma materialidade repetível. O enunciado é, portanto, um nó em uma rede (FOUCAULT, 1987).

Foucault compreende que podemos chamar de “[...] discurso de um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (1987, p. 135). O referido autor pontua que uma determinada formação discursiva poderá ser individualizada se pudermos, então, definir o “sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam” (FOUCAULT,

1987, p. 75). Em outros termos, ainda segundo Foucault, o que está em jogo para a individualização de uma formação discursiva é ser capaz de “mostrar como todas derivam (malgrado sua diversidade por vezes extrema, malgrado sua dispersão no tempo) de um mesmo jogo de relações” (1987, p. 75).

A este respeito, Machado (1981), na leitura que realiza das teses foucaultianas, afirma que “a descoberta dessas regras, que disciplinam os objetos, tipos de enunciados, conceitos e temas, caracteriza o discurso como regularidade e delimita o que Foucault chama de ‘formação discursiva’” (MACHADO, 1981, p. 163).

Uma vez que os conceitos foram brevemente expostos, podemos começar a falar propriamente de como compreendemos como certa concepção de memória se articula ao pensamento foucaultiano.

O campo de memória e a memória que emerge sob a forma de eco

Como uma alternativa à modalidade de memória continuísta, evolutiva, progressiva e filiadora, da qual falamos anteriormente, Foucault (1987) propõe pensar uma certa concepção de memória que se inscreve na ordem daquilo que o referido autor compreende como um “campo de memória”. Trata-se de teorizar a memória de maneira que sua própria constituição coloca em jogo uma lógica que é, de uma ponta a outra, atravessada pelos vetores da reconfiguração e da descontinuidade.

Foucault afirma que “todo enunciado compreende um campo de elementos antecedentes em relação aos quais se situa, mas que tem o poder de reorganizar e de redistribuir segundo relações novas” (1987, p. 143). Se continuarmos a acompanhar o referido autor em sua argumentação, podemos vê-lo afirmar que esse campo de elementos “constitui seu passado [o passado do enunciado], define, naquilo que o precede, sua própria filiação, redesenha o que o

torna possível ou necessário, exclui o que não pode ser compatível com ele” (FOUCAULT 1987, p. 143).

Para o autor em tela, “não há enunciado que não suponha outros” (FOUCAULT, 1987, p. 114), pois o enunciado está implicado em uma dupla relação: por um lado, “está ligado a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si uma existência remanescente no *campo de uma memória*” (FOUCAULT 1987, p. 32, grifo nosso). Justamente por se relacionar com um “campo de uma memória”, todo enunciado coloca em movimento uma série de outros enunciados com os quais se articula.

O conceito de “campo de memória” tem sua definição apresentada no texto *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 1987). No texto em questão, quando está tratando da formação dos conceitos, Foucault defende que, ao invés de propor a emergência dos conceitos a partir de um edifício dedutivo virtual, um edifício a partir do qual poderíamos ver o derivar de conceitos segundo uma lógica racionalista pautada em leis logicamente coerentes umas em relação às outras, seria necessário descrever a organização do campo enunciativo em que os conceitos aparecem e circulam, constituem-se e modificam-se.

O autor afirma, então, que o campo enunciativo – pensado como um campo no qual os enunciados se articulam – é constituído por três outros campos que coexistem e se relacionam: um campo de presença, um campo de concomitância e um campo de memória (ou domínio de memória) (FOUCAULT, 1987).

Naquilo que diz respeito ao campo de presença, Foucault (1987) o define como todos os enunciados já formulados em alguma parte e que são retomados no discurso a título de “verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados, discutidos e julgados, assim como os que são rejeitados ou excluídos” (FOUCAULT, 1987, p. 64). No campo de presença se instauram relações que podem ser da verificação experimental ou da validação lógica. Podem ser também

relações que materializam uma repetição pura e simples, da aceitação da tradição e da autoridade, bem como algo da ordem do comentário e da análise do erro (FOUCAULT, 1987).

O campo de concomitância, por sua vez, diz respeito a enunciados que se referem a domínios de objetos totalmente diferentes, os quais pertencem a discursos absolutamente diversos, mas que ainda assim, afirma Foucault (1987), atuam entre os enunciados estudados. Essa atuação se firma seja porque tais enunciados servem como uma confirmação analógica, como princípio geral ou como premissas aceitas para um raciocínio, seja porque podem estabelecer relações por valerem como modelos, os quais podem ter seus conteúdos transferidos a outros, ou, ainda, por funcionarem na relação com instâncias superiores com as quais é preciso se confrontar e se submeter (FOUCAULT, 1987).

Por fim, e mais importante para este trabalho, o “campo de memória”. Tal campo compreende, segundo Foucault (1987), enunciados que, a partir de um discurso e de um dado campo enunciativo, não mais são discutidos ou admitidos e, conseqüentemente, não são mais capazes de definir um corpo de verdade ou um domínio de validade. Ainda assim, são enunciados “em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica” (FOUCAULT, 1987, p. 65).

A título de exemplificação da constituição do campo de memória, Foucault (1987) afirma que “o campo de memória da história natural, desde Tournefort, aparece como singularmente estreito e pobre em suas formas, quando o comparamos ao campo de memória, tão amplo, tão cumulativo, tão bem especificado, da biologia, a partir do século XIX” (FOUCAULT, 1987, p. 65). No entanto, ainda conforme o referido teórico, esse mesmo campo de memória da história natural aparece, em compensação, mais definido e melhor articulado que “o campo de memória, que envolve, no Renascimento, a história das plantas e dos animais, pois, na época, mal se distinguia do campo de presença:

tinha a mesma extensão e a mesma forma e implicava as mesmas relações” (FOUCAULT, 1987, p. 65).

Sob a lógica de tais proposições – e considerando-se que um discurso compreende um conjunto de enunciados na medida em que se apoiam em uma mesma formação discursiva –, podemos afirmar que operacionalizar uma análise a respeito da constituição de um discurso é, também, analisar “a maneira pela qual o campo de memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto” (FOUCAULT, 1987, p. 66). Ou ainda, como defende Foucault ao prosseguir com sua argumentação, trata-se de analisar “a maneira pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados etc.” (1987, p. 66).

Dessa forma, o campo de memória definido por Foucault (1987) marca os contornos de um campo que não se refere aos enunciados a partir dos quais uma relação de reafirmação é dada, como podemos ver no campo de presença; tampouco faz referência a enunciados de um campo distinto, mas com os quais relações são performadas. O que está em jogo, no campo de memória, é uma relação de esquecimentos que emergem novamente em lugares distintos e que ecoam certas estratégias de produção e com elas se relacionam, reconfigurando-as.

Em suma, a análise da constituição dos discursos e dos saberes coloca em pauta uma certa modalidade de pensamento em que os discursos, constituídos por um conjunto de enunciados, se relacionam sempre com outros enunciados inscritos num campo de memória, que reverberam todo “um campo de elementos antecedentes em relação aos quais [esse campo de memória] se situa, mas que tem o poder de reorganizar e de redistribuir segundo relações novas” (FOUCAULT, 1987, p. 143). Esses enunciados podem ser acolhidos ou mesmo negados, mas são sempre reconfigurados.

A análise proposta por Foucault em *Malfazer, dizer verdadeiro* (2019) pode ajudar a reforçar essa proposição a respeito de uma memória que está articulada a uma reconfiguração dos enunciados. No referido texto, o autor nos afirma que o monasticismo católico dos séculos quarto e quinto foi responsável por inventar um procedimento de veridicção que não apenas articulava uma certa modalidade de exame das ações aos pensamentos, mas também produziu uma inversão numa certa relação de poder que existia desde o estoicismo.

Se nas práticas postas em movimento pelo estoicismo havia uma relação na qual aquele que ouvia (o discípulo) estava submetido a aquele que falava (o mestre), na operação inventada pelo monasticismo católico, a relação se reconfigura e aquele que fala se torna o discípulo, sofre uma injunção a confessar-se perpetuamente e submete-se àquele que ouve, que agora ocupa a posição de mestre.

Ao analisar esta invenção que o cristianismo primitivo põe em marcha, Foucault afirma que “percebem-se todos os *ecos históricos* que percorrem nossa cultura e nela reverberam” (2019, p. 121, grifo nosso). A partir daí, prossegue o referido autor, “poderá derivar toda uma série de formas – culturais, morais, religiosas, filosóficas” (FOUCAULT, 2019, p. 131-132).

Nós podemos ouvir o reverberar desses ecos, aos quais Foucault (2019) se refere, em múltiplas práticas operadas por muitos saberes presentes na modernidade ocidental. Apenas a título de exemplo, podemos mencionar o discurso médico-psiquiátrico, que ecoa uma certa memória dessa prática, na qual há uma relação de poder em que aquele que fala está submetido àquele que escuta. Ou mesmo nas práticas jurídicas, em que, a partir das variadas formas de interrogatório que se desenvolvem no ocidente, a demanda de veridicção de si se atualiza e as relações de poder entre aquele que fala e aquele que escuta são reverberadas e rearranjadas.

Embora Foucault não tenha dedicado um texto específico a demonstrar como a constituição dos saberes tem como elemento fundamental a presença de

uma memória que funciona um pouco como um “eco histórico” de práticas discursivas e de certas estratégias de produção inscritas em outro ponto no tempo, podemos constatar a emergência dessa metáfora e desse tipo de pensamento de forma regular em muitos de seus textos.

Em *O governo de si e dos outros*, por exemplo, mais especificamente, na aula de 12 de janeiro de 1983, um dos subtemas presentes na exposição realizada pelo autor francês é “O eco de Édipo. *Parresía* versus demonstração/ensino/discussão” (FOUCAULT, 2010a, p. 41). Na aula referida, Foucault se atém à noção de *parresía*, tal como essa aparece em textos que datam dos primeiros séculos depois de Cristo, e analisa algumas das relações que tal noção mantém com as práticas de direção da consciência e com as “práticas de si na Antiguidade dos séculos I e II da nossa era” (FOUCAULT, 2010a, p. 42).

Em sua análise, Foucault (2010a) recorre a uma cena do texto *Díon*, de Plutarco (2009 [46 d.C. – 120 d.C.]). Na cena em questão, o personagem de Díon está ao lado de Dionísio, o tirano de Siracusa, e assume o papel de ser aquele que diz a verdade ao tirano. Segundo Foucault (2010a, p. 50), Díon é “aquele que, ao lado de Dionísio, como seu cortesão, como seu próximo, como seu cunhado, se encarrega de lhe dizer a verdade, de lhe dar opiniões e, eventualmente, replicar quando o tirano diz coisas que são falsas ou despropositadas”. Desse modo, para a análise foucaultiana (FOUCAULT, 2010a), Díon é o *parresíasta*, ele é o verídico.

Conforme teorizado por Foucault, a respeito da cena a qual nos referimos anteriormente, “temos uma situação de certa maneira típica, exemplar do tirano que exerce o poder, a quem o exercício do poder cega e a quem um outro, por acaso seu cunhado (o irmão da sua mulher), vem dizer a verdade” (2010a, p. 51). Porém, o tirano não escuta aquele que traz consigo e, em seu dizer, a verdade. A reação do tirano é a de olhar para aquele que lhe diz a verdade e encará-lo como alguém que, com esse dizer, quer lhe usurpar o poder. Segundo a análise desenvolvida por Foucault, nós podemos encontrar “no texto

de Plutarco essa cena edipiana com os papéis distribuídos mais ou menos da mesma maneira” (FOUCAULT, 2010a, p. 51).

Nesta cena, presente no texto de Plutarco, Foucault (2010a) identifica os ecos de uma das cenas da tragédia *Édipo Rei*, de Sófocles. Trata-se, de modo mais específico, de um eco da cena na qual Creonte se dirige a Édipo e este o acusa de tentar usurpar o trono. Assim, o texto de Plutarco, em sua construção, reverbera um eco da tragédia edipiana, ecoa uma memória das relações de saber-poder que se materializaram no texto de Sófocles.

A ideia de práticas que, em sua constituição ecoam uma memória de práticas inscritas em outro ponto no tempo, é retomada em diversos trabalhos do referido autor. Em *História da sexualidade I: a vontade de saber*, Foucault, ao analisar uma certa passagem da “sanguinidade” para a “sexualidade” afirma que “a analítica da sexualidade e a simbólica do sangue podem muito bem pertencer, em princípio, a dois regimes de poder bem distintos, mas *não se sucederam* (nem tampouco esses próprios poderes) *sem justaposições, interações ou ecos*” (1988, p. 140, grifos nossos).

Esse tipo de raciocínio reaparece em *História da sexualidade III: o cuidado de si* (FOUCAULT, 1985). Dessa vez, em uma discussão que faz referência à problemática de um sujeito decidir se deveria se casar ou não, Foucault afirma que esse problema foi, por um longo tempo, objeto fundamental de discussões no interior das muitas reflexões relativas aos modos de viver. Tal debate colocava em questão o ato de tomar uma esposa, inquirindo as possíveis vantagens e desvantagens, em nível prático, do casamento. Questionava-se a respeito da “utilidade de ter uma esposa legítima e de dotar-se, graças a ela, de uma decência honrosa, e em troca, preocupações e distúrbios quando se tem que sustentar a própria mulher, velar pelos filhos, prover às suas necessidades e enfrentar, às vezes, suas doenças e morte” (FOUCAULT, 1985, p. 156). Conforme defende Foucault, “os *ecos* desse debate se farão ouvir até tarde na Antiguidade. Epicteto e Clemente de Alexandria [...] se inspirarão nessa lista

de argumentos que não se renovou muito no decorrer dos séculos” (1985, p. 156, grifo nosso).

Há, ainda, um último exemplo que vale a pena apresentar para que possamos fortalecer a tese que defendemos aqui. Em *Du gouvernement des vivants* (2012), Foucault defende a ideia de que Tertuliano estabeleceu uma relação entre purificação e acesso à verdade que era diferente daquela que fora constituída por seus predecessores. Na virada do segundo para o terceiro século depois de Cristo, Tertuliano introduziu um número de mudanças no sistema de batismo, as quais operavam diretamente sobre a relação entre a verdade e a purificação. “Parece-me”, afirma Foucault, “que partindo de Tertuliano ou, em todo caso, *através dos textos de Tertuliano, podemos ver um fenômeno do qual teremos outros ecos e respaldos em sua época até em outros autores*” (2012, p. 112, grifo nosso, tradução nossa).

Assim, segundo Foucault (2012), os textos de Tertuliano introduzem certa relação específica entre purificação e verdade que será reverberada, ecoada, em outros autores. Podemos afirmar, dessa forma, que nos autores que sucedem a Tertuliano, e que retornam a seus textos, seja para reafirmar as relações que ali foram estabelecidas ou para negar tais possibilidades de relação, há uma memória que é retomada e reconfigurada de uma produção discursiva à outra.

Considerando tudo aquilo que expusemos, podemos afirmar que a regularidade do aparecimento, nos textos de Foucault, da ideia de um eco, fazendo referência a certo tipo de relação constitutiva entre práticas discursivas, saberes e poderes, permite que apreendamos estes ecos como uma ideia que não se limita a uma escolha pouco rigorosa de palavras por parte do autor. O que é posto em jogo, com essa metáfora, é uma certa modalidade de retomada e reconfiguração de certas práticas. Trata-se do retorno de uma memória que funciona sob a ordem da descontinuidade e da diferença, não podendo ser, de maneira alguma, reduzida ao retorno do mesmo.

A metáfora do eco, utilizada por Foucault (2019), é bastante elucidativa desta

relação entre um acontecimento primeiro, situado em outro lugar do tempo, e suas reverberações. Isso porque os ecos apesar de manterem uma relação com o acontecimento que os precedeu no tempo, ainda assim são diferentes em relação a ele, tanto quanto a seu volume, duração, altura e timbre. Os ecos também possuem, em relação ao acontecimento precedente, algo que é bastante caro ao pensamento foucaultiano – especialmente se quisermos alinhar estas proposições àquilo que é defendido na *Arqueologia do saber*: eles são descontínuos. Há intervalos incertos entre o acontecimento precedente e aquilo que se repete sempre de forma reconfigurada.

Certamente é possível que objeções sejam levantadas em relação ao movimento de dar uma grande importância teórica e analítica a uma “mera” metáfora. No entanto, em relação a tal questionamento, é válido responder recorrendo a uma proposição de Vladimir Safatle (2015). De acordo com o autor, “nenhuma metáfora é ‘mera’ ilustração. Ela é uma forma de relacionar sistemas de referências distintos que devem, porém, ser conjuntamente articulados para que um fenômeno determinado possa ser apreendido de modo adequado” (SAFATLE, 2015, p. 23).

Não devemos, dessa forma, desprezar o valor que a metáfora do “eco” possui para pensarmos a constituição da memória no interior do pensamento foucaultiano. Isso porque tal metáfora, que se mostra regular no interior da teorização realizada por Foucault, é uma forma de produzir uma articulação entre sistemas de pensamento heterogêneos ou, em outras palavras, trata-se de dar à concepção de memória uma dimensão de diferença e de descontinuidade, como é característico do eco e das reverberações. Concepção esta que fora negada à memória em grande parte do pensamento ocidental.

Pela arte, memória e descontinuidade

É possível que as proposições até agora realizadas soem um pouco abstratas e, até mesmo, pode-se argumentar que elas se apeguem por demais a assertivas

esparças realizadas por Foucault no decorrer de seus muitos trabalhos. Neste sentido, nosso movimento, a seguir, será o de sustentar de que forma essa modalidade de pensamento da memória é colocada em marcha por Foucault quando realiza uma de suas análises.

Em uma conferência, realizada na Tunísia, Foucault propõe uma rápida análise de um quadro pintado por Édouard Manet, em 1871, chamado *Le Port de Bordeaux*. Na análise em questão, Foucault (2010b) afirma que aquilo que Manet utilizou como estratégia de composição e que marca a referida pintura “são essencialmente os eixos horizontais e verticais que são claramente a repetição dentro da tela daqueles eixos horizontais e verticais que enquadram a tela e que formam a própria moldura do quadro” (FOUCAULT, 2010b, p. 267).

Imagem 1: *Le Port de Bordeaux* (1871), de Edouard Manet.



Fonte: wikiart.org.

Com o intuito de dar sequência à análise que buscava empreender, Foucault (2010b, p. 267) pontua que “desse emaranhado de barcos, de toda essa atividade do porto, Manet pôde extrair isso, esse jogo de verticais e de horizontais que são a representação geométrica da geometria mesma da tela naquilo que ela tem de material”.

Foucault (2010b, p. 267) se volta, em sequência, para a série de variações da árvore que Mondrian fez entre os anos de 1910 e 1914. Segundo o autor, po-

de-se afirmar que Mondrian tratou sua árvore um pouco como Manet havia tratado os barcos em *Le Port de Bordeaux*. Um exemplo elucidativo da afirmação foucaultiana pode ser encontrado na tela *Composition in Brown and Gray*, de 1913, em que o pintor abstrato retrata sua árvore a partir de um encadeamento de linhas verticais e horizontais que se articulam, se complementam e se separam.

Imagem 2: *Composition in Brown and Gray* (1913), de Piet Mondrian.



Fonte: *The Museum of Modern Art* (MoMA).

No ano de 2013, o *The Museum of Modern Art* (MoMA), da cidade de Nova Iorque, realizou uma exposição para celebrar o centenário do ano de 1913. Entre as obras expostas, estava a referida pintura de Mondrian: *Composition in Brown and Gray* – a qual, inclusive, ainda podemos encontrar na galeria virtual do museu. Leah Dickerman (2013), curadora do MoMA, ao falar sobre o referido artista e sua pintura, faz uma afirmação que pode nos ajudar a apreender melhor a análise foucaultiana e ampliar nossa compreensão dessa modalidade de memória pensada por Foucault (2010b) quando discute as obras de Manet e Mondrian.

Segundo Dickerman (2013), para Mondrian, bem como para a primeira geração de artistas abstratos em geral, a dinâmica centro-periferia, figura-fundo, apresentava-se como um problema real e o modo de responder a esse problema possuía consequências que merecem ser ponderadas. Com o movimento

abstrato, a relação entre o objeto e o plano de fundo foram borradas e “uma vez que os objetos não são mais a coisa principal em uma obra de arte, como você resolve como terminar uma pintura? Como você decide o que está em primeiro plano? Como você decide qual é o plano de fundo?” (DICKERMAN, 2013, s.p., tradução nossa).

Conforme a leitura apresentada por Dickerman (2013), Mondrian, na tela *Composition in Brown and Gray*, ocupa-se desse problema na composição de sua pintura. Tal abordagem pode ser vista ao nos voltarmos para as bordas da pintura, sobre as quais Mondrian muito trabalhou. Nota-se, aponta ainda a curadora, que as linhas horizontais e verticais se tornam cada vez mais borradas e menos definidas conforme se afastam do centro da tela e se aproximam das bordas. É justamente a partir desse movimento que o fim da pintura vai sendo traçado, seus limites vão sendo demarcados.

Foucault (2010b) havia pensado, como vimos, que Manet capturou algo da moldura, composta por linhas verticais e horizontais, e incorporou algo dessas linhas limítrofes em sua pintura, compondo-a numa relação com essas bordas externas e materiais. Manet capturou algo daquilo que estabelecia de forma bastante rígida nos limites de um quadro, produziu uma reconfiguração e a utilizou na estratégia de composição de sua pintura.

Com Mondrian, algo parecido, mas inverso, acontece. Também se trata da utilização de uma estratégia de composição, em que se toma as linhas verticais e horizontais que encerram a pintura para compor a obra. No entanto, enquanto em Manet as linhas limites foram capturadas e utilizadas para compor o plano geral do quadro; Mondrian utiliza suas próprias linhas verticais e horizontais de composição e com elas estabelece os limites de sua pintura.

Das linhas verticais e horizontais da moldura, as quais eram bordas limítrofes e foram agenciadas e incorporadas na composição da mesma, para a composição da figura utilizando linhas verticais e horizontais que, conforme se

afastam do centro, encerram em si mesmas os limites da própria obra, algo é retomado, mas, também, algo é fundamentalmente reconfigurado.

O modo pelo qual Foucault (2010b) encadeia suas análises, embora estas sejam curtas, nos permite conjecturar a existência de ecos daquilo que Manet materializou em sua pintura, reverberando na produção de Mondrian. O que está em jogo nessa reverberação é algo da ordem de uma memória singular, pensada para além de uma relação de continuidade ou de uma influência que se possa estabelecer de um autor a outro.

Ao pensarmos os ecos de que fala Foucault, o domínio de memória, e a retomada de algo de Manet em Mondrian, deparamo-nos com uma concepção de memória que não faz referência à reaparição de uma semelhança ou ao retorno do mesmo. A pintura de Mondrian é, inclusive, esteticamente bastante distinta daquela de Manet. É algo das estratégias de produção, das estratégias de composição, que ecoa na relação de Mondrian com Manet, embora de maneira reconfigurada.

Desse modo, a concepção de memória que se desenvolve, a partir das proposições foucaultianas, é a de uma memória que apreende algo diferente da semelhança. Trata-se, isto sim, da retomada de algo que se relaciona com certas estratégias de produção de um saber. Mas essa retomada não reside sob o signo do mesmo, pois esse movimento em que os enunciados estabelecem relações com outros enunciados que os precedem é, também, um movimento em que as relações se reconfiguram.

Para além disto, Foucault põe em marcha uma ideia de memória que, como os ecos das práticas monásticas, é atravessada pela lógica da descontinuidade. Não se estabelece uma linha contínua na história que liga Manet a Mondrian, tampouco uma influência de um autor a outro. Trata-se de laços de descontinuidade que são retomados e rearranjados, apesar de manterem uma relação de memória com um acontecimento situado em outro ponto no tempo.

Memória e arquivo

É possível alinhar as discussões realizadas até aqui com mais uma elaboração teórico-conceitual foucaultiana: a concepção de arquivo, tal como apresentada no texto *A arqueologia do Saber* (1987). Esse conceito, acreditamos, pode nos ajudar a defender, sobre bases ainda mais sólidas, a afirmação de que existe em Foucault uma memória que se apresenta, por um lado, como condição de possibilidade para a emergência efetiva dos discursos, e, por outro, como algo marcado por um caráter de diferença.

Foucault defende que nós podemos ver, na espessura das práticas discursivas, o delinear de sistemas que estabelecem os enunciados como acontecimentos e coisas. Nas palavras do próprio autor, “temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização)” (FOUCAULT, 1987, p. 148). A todos esses sistemas, constituídos, por um lado, pelas coisas e, por outro, pelos acontecimentos, Foucault chama de “arquivo”.

Não devemos entender como arquivo a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder. O arquivo foucaultiano não é um depósito no qual residiriam os documentos do passado de uma cultura ou mesmo os testemunhos de uma identidade que foi mantida ao longo do tempo (FOUCAULT, 1987, p. 148). Não se trata, também, do movimento operado pelas instituições a fim de permitir que sejam registrados e conservados certos textos dos quais se quer lembrar, mantendo-os à disposição. Trata-se, efetivamente, afirma Foucault, “antes, e ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias” (FOUCAULT, 1987, p. 148).

Dessa forma, Foucault define arquivo como sendo, de início, “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 1987, p. 149). Mas, esse arquivo também é aquilo que faz com que todas as coisas um dia ditas não se acumulem umas sobre as outras, como uma massa sem forma, e não se inscrevam em uma linearidade absolutamente contínua, sem rupturas. É o arquivo que possibilita que as coisas ditas não “desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundas relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas” (FOUCAULT, 1987, p. 149).

O arquivo desponta, assim, conforme a densidade teórica dada a ele por Foucault, como o sistema geral da formação e transformação dos enunciados em sua existência singular (1987, p. 150). Nesse sentido, o arquivo compreende os enunciados em toda a complexidade que é concernente ao seu acúmulo, exterioridade e raridade.

Foucault (1987) afirma que não se pode esperar descrever, por completo, o sistema de arquivos de uma cultura, mas podemos indicar pontos de suporte que nos permitem circunscrever um certo número de práticas em sua lei de existência. Ainda segundo o referido autor, “a revelação, jamais acabada, jamais integralmente alcançada do arquivo, forma o horizonte geral a que pertencem a descrição das formações discursivas, a análise das positivities, a demarcação do campo enunciativo” (FOUCAULT, 1987, p. 151).

Nesse sentido, a concepção de memória presente em Foucault pode ser pensada e articulada a um conceito de arquivo que se alinha às condições de possibilidade dos discursos. Mas esse arquivo histórico não é, de forma alguma, um depósito cujo conteúdo é retomado inúmeras vezes, tal como ali fora guardado. Trata-se de um arquivo passível de reconfigurações, algo que ecoa, reverbera e é rearranjado na retomada de uma prática discursiva a outra.

Desse modo, há algo de produção e diferença no próprio arquivo, ensejando não apenas a repetição dos enunciados em sua raridade, mas também a possibilidade de que mudanças sejam instauradas e novos discursos apareçam: que os enunciados emerjam e se agrupem segundo outras leis e que objetos distintos sejam cunhados, outros conceitos formados e diferentes temáticas empregadas.

Considerações finais

Nossa empreitada começa a partir da constatação de que Foucault, em seu percurso teórico bastante rico, foi um crítico sistemático de determinadas formas de pensamento, as quais estavam relacionadas à ideia de um sujeito cognoscente fundante, combatendo as quimeras das origens, essências e continuidades eternas. Para Foucault, ao se pensar a constituição dos discursos e dos saberes, é necessário restituir a estes o devir e, portanto, uma certa memória continuísta, alinhada à problemática da filiação, da tradição, do traço e da decifração, não poderia servir-nos como princípio de análise.

Reconhecendo as limitações dessa modalidade de memória e compreendendo a necessidade de pô-la em suspenso, enveredamos para uma tentativa de discutir de que maneira poderíamos pensar, a partir do referencial teórico foucaultiano, uma certa modalidade de memória que não atualizasse o problema da continuidade e como poderíamos utilizar essa concepção de memória para pensar a constituição dos discursos e dos saberes.

O conceito de campo de memória emerge, assim, como uma parada obrigatória em nosso percurso, pois é um conceito cunhado por Foucault (1987) para descrever um campo específico em que os enunciados se articulam, mobilizando, mas também reconfigurando, enunciados diversos de discursos outros. Em uma relação com a metáfora do eco, fazendo referência ao modo como determinadas práticas discursivas eram retomadas e rearranjadas no interior

da história, fomos capazes de apontar para a emergência de uma memória sempre descontínua, transfigurada, emergindo com intervalos incertos e marcada, sobretudo, pelo signo da diferença.

Para situar de forma um pouco menos abstrata tal modalidade de compreensão da memória, recorreremos, então, a uma análise proposta por Foucault a respeito de duas pinturas, uma delas realizada por Manet e a outra por Mondrian. Foucault identifica em Mondrian uma memória de certas estratégias de composição que foram utilizadas por Manet. No entanto, mesmo na retomada executada, alguma coisa é também fundamentalmente reconfigurada. A análise concretizada por Foucault coloca em marcha uma ideia de memória que não reside sob a lógica da influência e da similaridade. Não é o mesmo que retorna de Manet a Mondrian, mas uma série de linhas de força que são capturadas e articuladas de maneira singular no interior de condições de possibilidade outras.

Todo esse movimento nos conduziu a pensar a relação entre memória e arquivo em Foucault. No trabalho do referido autor, arquivo e memória estão articulados de maneira basilar, na medida em que o arquivo é a condição de emergência própria dos enunciados e as condições de emergência dos discursos estão sempre em relação com uma memória. Existe algo, no pensamento foucaultiano, que nos permite pensar a memória como relação entre arquivos, que se constituem a partir de ecos históricos, os quais reverberam indefinidamente.

Entretanto, deve-se ter cautela para que não pensemos esse arquivo como um depósito. É justamente o arquivo que possibilita que os enunciados não se acumulem como uma grande massa amorfa e, dessa forma, que nossas práticas atuais não possam ser lidas como um somatório das práticas e dos discursos precedentes – o despontar de uma concepção evolutiva. Nesse sentido, o arquivo é marcado fundamentalmente por um vetor de diferença, afastando a concepção de memória foucaultiana de um arquivo morto, no qual o gênio poderia, supostamente, resgatar a integridade de uma origem mítica.

Em Foucault, é sobre a ótica do eco e da diferença que a memória se apresenta.

Referências

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2007.

DICKERMAN, Leah. *1913 Composition in Brown and Gray by Piet Mondrian*. [S. l.], 2013. (2m13s). Disponível em: https://youtu.be/Pz_ZICqJuc8. Acesso em: 09 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, [1984] 1985.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros: curso no College de France (1982-1983)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. *Malfazer, dizer verdadeiro: função da confissão em juízo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, [1981] 2019.

FOUCAULT, Michel. *Du gouvernement des vivants*. Paris: Ehes, Gallimard, Seuil, [1979-1980] 2012.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, [1976] 1988.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia, a História [1971]. In: MOTTA, Manoel Barros (org.). *Ditos e Escritos – volume II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 260-281.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 1987.

FOUCAULT, Michel. A pintura de Manet [1971]. In: SCACHETTI, Rodolfo Eduardo. (trad.). A pintura de Manet. *Visualidades*, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 259-284, jul. 2010b. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/18381>. Acesso em: 19 jan. 2023.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória arqueológica de Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

PLUTARCO. Dion. In: PLUTARCO. *Vidas paralelas VII*. Madrid: Editorial Gredos, 2009. p. 271-331.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Recebido em: 30 de setembro de 2022

Aprovado em: 09 de janeiro de 2023